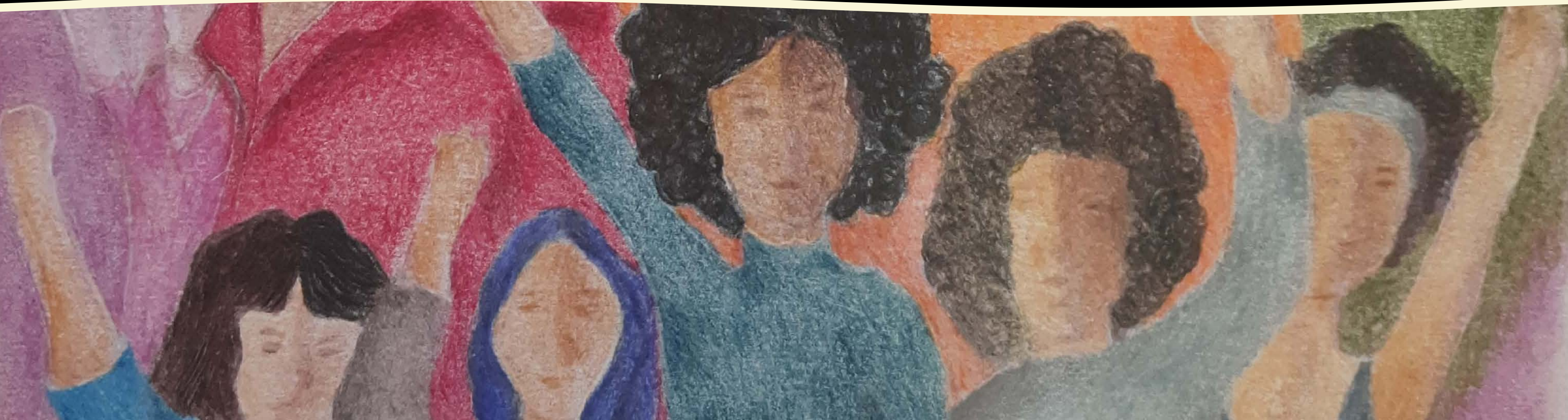


Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

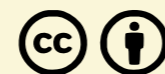
Feminismos e Serviço Social

v.32 n.1

Jan-Jun/2022

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.32 n.1
Gláucia Lelis Alves
Luana Siqueira

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Nicole Leal
Andréa Garcia Tippi (tradução; resenha)
Andrea Moraes Alves (temas livres; 8º ensaio)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL
Angela Santana do Amaral UFPE
Antônio Carlos Mazzeo USP
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB
Christina Vital da Cunha UFF
Clarice Ehlers Peixoto UERJ
Elenise Faria Scherer UFAM
Ivanete Boschetti UFRJ
Jean François Yves Deluchey UFPA
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ
Marcos César Alvarez USP
Maria Cristina Soares Paniago UFAL
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ
Maria das Dores Campos Machado UFRJ
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ
Ranieri Carli de Oliveira UFF
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:
[Latindex](#)
[Portal de Periódicos da Capes](#)
[IBICT](#)
[Base Minerva UFRJ](#)
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

☞ Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).


☞ Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.



Gláucia Lelis Alves. Sem Título, 2021.

Sumário

ARTIGOS TRADUÇÃO	Relações entre a covid-19, sexismo e racismo no Brasil: uma análise da economia feminista <i>Margarita Olivera (tradução: Carolina Castellitti)</i>	5
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Pandemia e Saúde do trabalhador: uma análise sobre a precarização do trabalho <i>Ana Carolina de Freitas Campos & Mariane Suzze Pereira</i>	24
EDITORIAL DOSSIÊ	Feminismos e Serviço Social <i>Gláucia Lelis Alves & Luana de Sousa Siqueira</i>	42
ENSAIOS DOSSIÊ	Totalidade, reprodução social e divisão sexual-racial do trabalho no capitalismo dependente <i>Clara Gomide Saraiva</i>	48
	Contribuições do método marxista para compreensão do enovelamento, consubstancia Opressão/Exploração <i>Qelli Viviane Dias Rocha</i>	74
	Aleksandra Kollontai: Uma História de Ocupação dos Espaços Não Autorizados <i>Natalia Perdomo dos Santos</i>	98
	Contribuciones de Clara Zetkin para entramados socialistas y feministas <i>María Cecilia Espasandín</i>	124
	Pandemia da Covid-19 e divisão social do trabalho na (re)produção capitalista na atualidade <i>Camila Carduz Rocha</i>	148
	Feminismo e Serviço Social no enfrentamento à violência obstétrica <i>Mirla Cisne & Raíssa Paula Sena dos Santos</i>	173
	Formação acadêmico-profissional e o debate da humanização do parto numa perspectiva feminista-antirracista <i>Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso et alia</i>	199
	A lei de alienação parental e a lei da guarda compartilhada obrigatória: para o melhor interesse da manutenção da violência contra mulheres/mães e crianças <i>Alessandra Pereira de Andrade & Sibebe de Lima Lemos</i>	226
	(Des)criminalização do aborto e Serviço Social: desafios para o cotidiano profissional <i>Thais de Biazzi Oenning & Esther Luiza de Souza Lemos</i>	245
	Experienciando uma formação feminista interseccional: Contribuições ao serviço social <i>Rachel Gouveia Passos et alia</i>	263
RESENHA	Assistência Social em debate: interfaces de uma política em construção, de Fátima Valéria Ferreira de Souza (org.) <i>por Renato Francisco dos Santos Paula</i>	279

 Você está aqui.



Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Experienciando uma formação feminista interseccional: Contribuições ao serviço social

Interseccionalidade
Feminismo
Saúde Mental
Extensão

O presente artigo pretende abordar a experiência teórico-prática desenvolvida pelo Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos. No primeiro momento objetiva-se apresentar elementos que constituem o debate dos feminismos interseccionais; em segundo abordaremos sobre a relação teoria e prática em uma perspectiva de formação interseccional e, por fim, será exposta a sistematização das ações realizadas pelo projeto. Destacamos que a metodologia envolve levantamento e revisão de bibliografia e observação participante.

Experiencing an intersectional feminist formation: Contributions to social work

This article intends to present a theoretical-practical experience developed by the anti-asylum fight and feminisms project of research and extension from the Social Service School of the Federal University of Rio de Janeiro. At the first moment, we aim to show elements which are part of the intersectional feminism debate. Afterwards, we will discuss the relation between the theory and the practice considering the intersectional formation. Finally, it will be exposed the systematization of the actions performed by the project. We would like to call the attention to the methodology wich involves research and the review of the bibliography by the ones who participate in the project.

Intersectionality
Feminism
Mental Health
University Extension





Introdução

O presente artigo pretende abordar a experiência teórico-prática desenvolvida pelo Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos. O referido projeto foi inaugurado em 2020 e vem desenvolvendo diferentes ações, ainda que de maneira remota¹, objetivando fomentar o debate acerca da Luta Antimanicomial, tendo como base teórica a perspectiva feminista marxista interseccional.

A proposta de extensão foi sendo constituída a partir das reflexões oriundas das inserções políticas e acadêmicas das coordenadoras, uma vez que estão alinhadas à compreensão da luta pelo fim dos manicômios como componente de um projeto societário que está em disputa e visa à superação das opressões/exploração de classe, gênero, raça/etnia e da propriedade privada. Nesse sentido, entende-se que o manicômio e todo o seu aparato fazem parte das estratégias de reprodução das contenções de corpos e subjetividades na sociabilidade capitalista (PASSOS, 2017).

Cabe sinalizar que os estudos feministas e as construções teóricas da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, em destaque quando estão articulados, apresentam inúmeras conexões. Ambos se colocam frente à problemática da dominação burguesa e patriarcal sobre as mulheres, a partir da medicalização, patologização e institucionalização, o que encontra na lógica manicomial saberes e espaços privilegiados (PEREIRA, 2020).

Aqui destacamos maior aproximação com os feminismos interseccionais que são oriundos do pensamento feminista negro. Ao acionarmos a interseccionalidade como ferramenta analítica e interventiva compreendemos que ela é: “1) uma abordagem para entender a vida e o comportamento humano enraizados nas experiências e lutas de pessoas privadas de direitos; e 2) uma ferramenta importante que liga a teoria à prática e pode auxiliar no empoderamento de comunidades e indivíduos” (COLLINS; BILGE, 2021, p.56).

Nesse caminho, o presente artigo divide-se em três tópicos: no primeiro momento objetiva-se apresentar elementos que constituem o debate dos feminismos interseccionais; em segundo abordaremos sobre a relação teoria e prática em uma perspectiva de formação interseccional e, por fim, será exposta a sistematização das ações realizadas pelo Projeto de Pesquisa e



Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos. Destacamos que a metodologia envolve levantamento e revisão de bibliografia e observação participante.

Os feminismos interseccionais

A interseccionalidade como ferramenta de investigação crítica invoca um amplo sentido de usos interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos sociais (...). A interseccionalidade como prática crítica faz o mesmo, mas de maneiras que, explicitamente, desafiam o *status quo* e visam transformar as relações de poder (COLLINS; BILGE, 2021, p. 53).

A partir de meados do século XX inúmeros e diferentes desdobramentos teóricos e políticos efervesceram a conjuntura da produção de conhecimento no mundo ocidental com outras possibilidades questionadoras. Distintos movimentos sociais caracterizados pelo forte caráter libertário e de contestação de valores vigentes na cultura ocidental, como a revolução sexual, o Feminismo, o Movimento Negro, se destacaram tanto pelas formas de organização política quanto pelas importantes proposições em relação aos movimentos de esquerda como um todo, às políticas públicas e às produções acadêmicas.

Notadamente em relação às mulheres, vale sinalizar que esse é também um momento de consolidação das imersões em massa no mercado de trabalho. Ou ao menos das mulheres da classe média, já que as negras ou pobres sempre ocuparam as esferas produtivas e reprodutivas. Questões relacionadas à reprodução e contracepção, ao aborto e à sexualidade ganharam destaque e outros enfoques a partir do surgimento da pílula anticoncepcional (BIROLI; MIGUEL, 2014).

É neste contexto que as décadas de 1960 e 1970 acompanharam o fortalecimento do debate histórico sobre as mulheres, principalmente aquelas não ligadas às elites, como mulheres de grupos étnicos e raciais diversos. As mulheres negras, indígenas e do sul global denunciavam a não representatividade pelo que se costumou chamar de “feminismo branco acadêmico”. Logo, a concepção universal do ser mulher silenciou as múltiplas e diversas experiências, levando a uma naturalização da essencialização da figura dócil, frágil, amorosa, dependente de uma relação heterossexual e maternal.



Entre 1973 e 1980, segundo Henning (2015), existiu um coletivo de feministas negras e lésbicas que defendiam uma luta articulada não apenas contra a opressão sexual das mulheres, mas também outras formas de dominação e de desigualdades baseadas no racismo, heterossexismo e exploração por classe social. O feminismo negro, que ganha destaque neste bojo, criticou não apenas a agenda política, mas o que era pautado pelas acadêmicas feministas, em sua maioria brancas, europeias ou estadunidenses. De acordo com Carneiro (2003), as mulheres negras precisaram “enegrecer” a agenda do movimento feminista e “sexualizar” a do movimento negro, o que promoveu a diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva, tanto afirmando novos sujeitos políticos, quanto exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses atores.

Piscitelli (2008) destaca que é nesse contexto de efervescência de pensamento crítico, busca de categorias e pressão dos movimentos sociais, que aparecem as categorias de interseccionalidade e de articulação. O conceito de interseccionalidade surge como uma resposta teórica para lidar com o fato de que o racismo, o sexismo e as violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares entre as mulheres. Este termo simboliza uma abordagem multidisciplinar indispensável nas teorizações feministas e antirracistas, não apenas sobre as diversas formas de dominação e subordinação, bem como sobre as formas de luta e organização política (CRENSHAW, 2002).

O conceito popularizado nos provoca a reflexão de dois aspectos importantes: em primeiro lugar, a interação entre os marcadores sociais da diferença, ou seja, não basta apenas identificá-los, é necessário localizar os pontos da intersecção ou então a análise não será pertinente, e essa é uma das principais dificuldades da teoria interseccional. Ao nomearmos as opressões de raça, classe e gênero, compreende-se a necessidade de não hierarquizar opressões. Assim como defende Saffioti (2015), que enxerga a classe social, gênero e raça/etnia como um nó².

Para a autora, essas relações se apresentam como eixos estruturantes da sociedade capitalista e dos processos de dominação e exploração, sendo que dessa forma não há uma soma de opressões, mas de determinações sociais, já que:





Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexas (SAFFIOTI, 2015, p. 122-123).

Entende-se, então, que não há nessa perspectiva uma soma de opressões, mas de determinações sociais, pois não é possível falar de processos de dominação de forma separada aos de exploração. Para Pereira (2019), é importante destacar o nó do pensamento de Saffioti como um nó frouxo que permite uma certa mobilidade para cada um dos seus componentes. Não por estes atuarem independentemente dos demais, mas por gênero, raça/etnia e classe terem, cada qual, uma dinâmica especial, o que seria próprio da “lógica do nó” (PEREIRA, 2019, p. 317).

Acompanhamos com Collins e Bilge (2021) que o termo interseccionalidade começou a ser utilizado intensamente na universidade na década de 1990. Ao nomear a compreensão do embricamento entre gênero, raça e classe, novos desafios apareceram: 1) a disputa da narrativa histórica do termo; e 2) o não apontamento acerca da pluralidade que a interseccionalidade assumiu no interior dos movimentos sociais e na universidade. Portanto, segundo as autoras, as interpretações acadêmicas limitam o debate a um ponto de origem, identificando “Crenshaw como a fundadora da interseccionalidade e construindo uma narrativa linear a partir desse ponto de origem”, ou seja, aparentemente “não existia até ser descoberta por membros da academia, nomeada e legitimada por eles” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 115). Já em relação à incorporação da interseccionalidade, principalmente pela universidade, ocorreu a supressão das “dimensões transformadoras e potencialmente perturbadoras desses projetos críticos” (p. 116).

No caso das autoras brasileiras, Lélia Gonzalez também traz reflexões imprescindíveis para a temática aqui abordada. No texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984), a autora correlaciona raça, classe e gênero e produz reflexões sobre a sociedade brasileira e o mito da democracia racial a partir da figura da mulher negra e o imaginário social referente a este ser que só consegue se encaixar na *zona donão ser* (FANON, 2008). Ao longo de sua análise, Lélia articula o marxismo, a





psicanálise, passa pelas ciências sociais e história, chegando na sua tese sobre o racismo enquanto um sintoma que caracteriza a neurose cultural brasileira. E esta concepção produz lugares preestabelecidos para mulheres e homens negros em nossa sociedade.

Neste artigo, Gonzalez (1984) traz uma reflexão sobre as três figuras que constantemente são associadas às mulheres negras: a mulata, a doméstica e, posteriormente, a figura da mãe preta. Essas noções, quando articuladas, visam responder às principais questões da obra, sobre como a mulher negra é situada no discurso de identificação do dominado com o dominador e como o mito da democracia racial obteve tamanho êxito no Brasil. A autora justifica que tais fenômenos só podem ser compreendidos a partir da assimilação do racismo enquanto indicador que caracteriza a neurose cultural brasileira e que, quando articulado ao sexismo, produz efeitos violentos sobre a mulher negra e, também, explicam o fato de que mesmo mulheres negras da classe média são vítimas de discriminação. Ou seja, não se pode interpretar as discriminações e as opressões sofridas pelas mulheres apenas pelos vieses de gênero e classe social (RODRIGUES, 2013).

Ainda que o conceito de interseccionalidade seja bastante concentrado na agenda feminista, a concepção não é um projeto exclusivamente feminista ou uma variável dessa teoria (COLLINS, 2017). Trata-se, sim, daquilo que Carneiro (2003) fomenta sobre a urgência de se enegrecer o feminismo hegemônico de bases brancas e eurocêntricas para que a formulação e aplicação das políticas públicas levem em consideração as intersecções sob as quais mulheres negras são atravessadas e que, desta forma, sejam capazes de atender integralmente a esta demanda. Nessa perspectiva, o Brasil ainda precisa avançar consideravelmente no debate e difusão da interseccionalidade, principalmente por se tratar de um país marcado por profundas desigualdades raciais, de gênero e de classe.

A relação teoria e prática em uma formação interseccional e antimanicomial

Bell Hooks (2018) denunciou que produções bibliográficas feministas tendem a receber pouco destaque em suas áreas. E não foi diferente na saúde mental. Apesar de trabalhos como os





de Cunha (1989) e Engel (2000) inaugurarem a temática, foram necessárias décadas de Reforma Psiquiátrica Brasileira para que o campo se fortalecesse neste sentido e pudesse construir uma mirada sobre mulheres, suas medicalizações e manicomializações, assim como sobre suas agências e construções de lutas e respostas propositivas.

É neste sentido que a autora localiza a construção de um *corpus* de literatura feminista somado à recuperação da história das mulheres como uma das mais poderosas intervenções contemporâneas. A solidariedade feminista baseada em uma teoria que possa abordar as diferentes realidades de mulheres aponta, porém, para outras dificuldades. Mulheres não formam um grupo homogêneo e não estão situadas nas mesmas maneiras em relação às suas opressões e explorações, o que tem impactos sobre as instituições, serviços psiquiátricos e sobre os próprios caminhos encontrados por estas (PEREIRA, 2020), assim como sobre o próprio trabalho de mulheres na saúde mental (PASSOS, 2018).

Como então poderíamos construir uma práxis antimanicomial com mulheres sem reduzi-las ao gênero, mas partindo deste enquanto disparador de proposições políticas e novos saberes e práticas para a Reforma Psiquiátrica Brasileira que partam das interseccionalidades? Acreditamos que partindo daquilo que nos aproxima e nos diferencia. Iniciar de um lugar situado e do reconhecimento de nossas vantagens sociais, sofrimentos e inquietações pode tornar possível o diálogo e fortalecimento entre mulheres negras, brancas, indígenas, *cissexuais*, transexuais e travestis, deficientes, usuárias, familiares, cuidadoras e trabalhadoras dos serviços de saúde mental. E isso exige fala, mas exige escuta, calma, aproximações e espaços.

Primeiramente porque partimos da universidade e a grande maioria das mulheres está longe do espaço acadêmico, expropriada pelas relações de classe e raça em nossa sociedade. E muitas das acadêmicas envolvidas com estas temáticas também estão em guetos acadêmicos, como nomeou Hooks (2018), voltadas para a academicização do pensamento feminista, risco que nos acompanha nesta construção. Este abismo forma pesquisadoras, estudantes, profissionais e militantes que não se articulam e que não propõem a partir das materialidades e concretudes da vida vivida.





O epistemicídio manicomial (PEREIRA *et al.*, 2020) tem, sob esse bojo, conformando-se, entre outros aspectos, como processo de invisibilização não apenas de saberes, mas como esse abismo que mantém hierarquicamente apartadas produções de conhecimento geradas na academia e aquelas que se lançam a partir dos movimentos sociais, dos serviços e do cotidiano das mulheres que experienciam as durezas dos manicômios, da loucura e do sofrimento psíquico. Propor formação crítica em Serviço Social, ou em qualquer área do saber, desde o abismo, parece-nos tarefa impossível. E tem sido a partir desta inquietação que temos proposto alguns deslocamentos que tomam por princípio, pelo menos, três pontos-base que se articulam e são interdependentes.

O primeiro, a interseccionalidade enquanto convocadora de uma revisão sobre as relações entre mulheres. Não nos formamos, assim como não refletimos sobre o mundo dos mesmos lugares. O resgate de intelectuais que não ocupam os lugares acadêmicos formais e que estão no chão dos movimentos sociais antimanicomiais se faz imprescindível. Usuárias dos serviços e familiares têm conhecimento acumulado, constroem respostas que precisamos conhecer e devem ser reconhecidas a partir daí.

Hooks (2017) atenta para a problemática de mulheres com determinados *status* se apoiarem nas produções daquelas com menos *status*, ficando as primeiras nos lugares de “babás” e as falas e escritas destas últimas restritas ao que a autora considera como excentricidade. É a partir dessas considerações que entendemos que o epistemicídio manicomial pode se construir não apenas a partir da invisibilização, mas também a partir das construções hierárquicas sobre quem pode viver e quem pode falar. Tomar a interseccionalidade como força motriz requer um situar-se também nas práticas de construção de um feminismo que se reveja a partir das atualizações manicomiais. Acompanhamos esta realidade através da pesquisa de Pereira (2020), na qual mulheres usuárias de saúde mental relatam processos de silenciamento construídos por profissionais em espaços de militância antimanicomial. Tais hierarquizações atualizam lugares marcados pelo estigma da loucura e que acabam por reproduzir relações de opressão entre mulheres, diferenciadas pelas relações sociais da loucura, mesmo em coletivos que pretendem questioná-las.





Tal perspectiva nos leva ao segundo ponto. Uma práxis feminista se constrói no coletivo. E este não é um processo novo. Os movimentos de mulheres se constituíram e, vêm se fortalecendo em grupos, seja nos espaços formais, nos movimentos sociais, nos espaços de pesquisa ou em articulações outras. “Compartilhar pensamento e práticas feministas sustenta o movimento feminista. O conhecimento sobre o feminismo é para todo mundo”, lembrou Hooks (2018, p. 48).

Apenas a partir das trocas e coletividades é possível construir um conhecimento que articule feminismo e Luta Antimanicomial, a partir de uma síntese. E teoria feminista se constitui como terceiro ponto fundamental em nossas argumentações. Nossas experiências podem ter papel definidor para o nosso olhar situado. Mas aqui vale dizer: não se dão e não podem caminhar sozinhas. A teoria e o conhecimento compartilhado devem ser a base de uma epistemologia feminista. Afinal, “tudo o que fazemos na vida está enraizado na teoria. Se nós conscientemente exploramos as razões pelas quais temos uma perspectiva particular ou tomamos uma ação particular, existe também um sistema subjacente que molda pensamento e prática” (Hooks, 2018, p.41).

E não nos deixemos enganar: teoria aqui não se reduz aos artigos e livros. Muito ao contrário. Teoria aqui se vincula, de antemão, à possibilidade de nomear e refletir sobre. É neste sentido que tomar como ponto de partida a teoria de usuárias dos serviços de saúde mental não é ou não deveria ser concorrente às linhas e páginas construídas desde a universidade. Este nos parece ser um dos grandes desafios da Luta Antimanicomial no que diz respeito às mulheres e às interseccionalidades. Como produzir teoria feminista e antimanicomial que possibilite mudanças concretas de vida? Como, a partir do reconhecimento das experiências e dos coletivos, poderíamos promover ações catalisadoras de mudanças sociais?

Essas foram perguntas que Hooks (2017) também se fez e que compartilhou conosco no livro “Ensinando a Transgredir: a educação enquanto prática libertadora”. Dialogando com o brasileiro Paulo Freire e a educação popular, a autora conclui:

Temos de trabalhar ativamente para chamar a atenção para a importância de criar uma teoria capaz de promover movimentos feministas renovados, destacando especialmente aquelas teorias que procuram intensificar a oposição do feminismo ao sexismo e à





opressão sexista. Fazendo isso, nós necessariamente celebramos e valorizamos teorias que podem ser, e são, partilhadas não só na forma escrita, mas também na forma oral (2017, p.97).

Influenciadas pelas autoras feministas interseccionais e tomando os acúmulos de Hooks (2017; 2018) como norte nos processos de formação e educação, voltamo-nos para processos de extensão e aproximação com os movimentos sociais em saúde mental baseando-nos nas diversas formas de produção de conhecimento e no compartilhamento grupal, a partir de formatos outros, garantindo espaço para o oral e as trocas entre mulheres.

Em Pereira *et al.* (2020) contamos um pouco dessa história e de nossas reflexões voltadas para uma formação que se pretende feminista e antimanicomial. A extensão tem sido, para tal propósito, uma aposta ímpar, naquilo que sublinhou Hooks (2018) sobre a função da universidade na legitimação institucional e no foco acadêmico para o trabalho realizado por mulheres. Assim como a autora nos aproxima em diversos momentos de seus textos, também constatamos que a academia pode fortalecer o movimento feminista e ser fortalecida por este, oferecendo-se como local legítimo e garantindo espaços contínuos de elaboração de vivências para a experiência transformada em ato e em agir político, tanto para professoras, extensionistas e participantes.

Seguindo estes passos, temos apostado, enquanto equipe do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos em cursos, palestras e formações junto às mulheres que ocupam distintos lugares sociais e diversos papéis na construção de serviços, instituições e produções de saber no campo da saúde mental. E aqui vale salientar: processos que se pretendem na construção conjunta e não só realizada para.

Uma experiência de formação feminista interseccional: o projeto de pesquisa e extensão Luta Antimanicomial e Feminismos

Fruto de trocas, afetos, acúmulos teóricos e vivências de resistência, os parágrafos a seguir se dedicarão a abordar a sistematização da experiência de uma formação interseccional no âmago do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos, bem como suas contribuições para uma atuação profissional que concilie teoria e prática de modo a potencializar



uma transformação social pela práxis educadora. Collins (2017) ressalta a importância de interseccionalizar a construção de saberes e ações ao dizer que:

Como forma de investigação crítica e práxis, o contorno da interseccionalidade na academia reflete o contexto de uma tradução imperfeita. Assim, a interseccionalidade proporciona lentes sugestivas para examinar o que poderia se perder na tradução, em situações de ideias deslocadas entre diferentes comunidades de interpretação, com diferentes níveis de poder. A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado. (...) A eficácia das ideias centrais de interseccionalidade, em situações díspares politicamente, levanta questões importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta por liberdade e iniciativas de justiça social (COLLINS, 2017, p.7).

A experiência em questão, construída por mulheres plurais, propõe-se a fomentar o debate acerca da luta antimanicomial e a interface com as relações de gênero, raça e classe, ampliando-o em conjunto com as trabalhadoras e militantes inseridas no campo da saúde mental, coletivos e movimentos sociais, discentes de graduação, entre outros. Este, ao estabelecer a inter-relação da universidade com outros setores da sociedade como, por exemplo, o Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial do Rio de Janeiro (NEMLA/RJ), transgride os muros institucionais e viabiliza a democratização do conhecimento. A partir desse estreitamento de laços e inquietações militantes e acadêmicas surgem os cursos de extensão, publicações, assessoria ao movimento social e a produção de material para as mídias sociais a fim de materializar não só os saberes adquiridos e compartilhados no processo de formação dos cursos, como os diálogos, as angústias, os desafios e as experiências.

Lançado no ano de 2020, o projeto pretendia realizar presencialmente suas atividades, mas não só na cidade do Rio de Janeiro. Em articulação com o Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP 01/DF) e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) objetivava-se a organização e execução do Curso de Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões



de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica brasileira, na cidade de Brasília. Todavia, frente ao cenário de pandemia da Covid-19, a ação foi realizada de maneira remota.

O curso contou com a participação de docentes, pesquisadoras, líderes comunitárias, extensionistas do projeto e parceiras diversas para sua moderação e viabilização. Foi ofertado um total de 200 vagas, com certificação aos inscritos que apresentassem um trabalho final e cumprissem 75% de presença. O público-alvo foi de profissionais de nível superior, integrantes de movimentos sociais e componentes das comissões do CNDH. Foram priorizadas mulheres, negras/os, indígenas, população LGBTQI+ e residentes de áreas de risco.

É possível antecipar que um dos maiores desafios do curso foi garantir que o acesso ao conteúdo das aulas alcançasse os participantes sem qualquer prejuízo. Isso porque, ao depararmos com o perfil de alunos pretendidos e sem descartar o contexto complexo e angustiante da pandemia, era possível inferir que vez ou outra a realidade de cada um poderia interferir na constância nas aulas.

A fim de superar tais questões com os recursos que estavam ao alcance, ao longo de quatro sábados no mês de outubro de 2020, as aulas foram transmitidas pelo canal do CRP 01/DF no Youtube e disponibilizadas para acesso de forma assíncrona para quem não pudesse estar presente. Nelas, foram abordados os seguintes temas: (1) Luta antimanicomial e feminismos: instituições, saberes e práticas; (2) Mulheres negras, sofrimento e cuidado; (3) Saúde mental e medicalização da população trans; e (4) Práticas emancipatórias com mulheres.

Além disso, a partir da divisão das alunas cursistas selecionadas em 4 turmas compostas de 50 pessoas, foram criados grupos no Whatsapp com o intuito de compartilhar informações, vivências, indicações de leitura, filmes, séries, músicas, notícias, entre outros que levassem à reflexão sobre questões pertinentes às aulas ou aos assuntos abordados nestas. O grupo foi organizado e mediado pelas extensionistas do projeto e também monitoras do curso que, ao se dividirem em duplas, ficaram responsáveis pelo mesmo e por auxiliar em eventuais questões de ordem administrativa. A proposta era que esse espaço virtual conseguisse alcançar algo próximo de rodas de conversa, estratégia-base das edições



realizadas em caráter presencial (PEREIRA *et al.*, 2020). Entretanto, a participação no grupo foi facultativa e quem optou por não se inserir recebeu as mesmas informações referentes ao curso pelo canal de comunicação de preferência.

Além do curso, o projeto também realizou a assessoria ao NEMLA. As alunas extensionistas participaram das reuniões mensais, relatoria, elaboração de *cards* e divulgação das atividades nas mídias sociais. Acompanhar as discussões e as mobilizações do movimento antimanicomial possibilitou maior apreensão das contradições vivenciadas no cotidiano de usuários, familiares e trabalhadores da saúde mental, permitindo navegar pelas diferenças e desenvolver uma consciência crítica.

Cabe sinalizar que uma formação que se propõe a estar atenta à realidade e a possibilitar uma práxis crítica precisa apresentar estratégias pedagógicas que estejam na direção da justiça social, o que demanda permanente diálogo com os movimentos sociais e comunitários. Para isso, torna-se necessário assumirmos a educação crítica freiriana (FREIRE, 2012), a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica (COLLINS; BILGE, 2021) e a pedagogia da loucura (CORREIA, 2018) enquanto estratégias de ruptura dos diferentes muros manicomiais. Todas as três perspectivas tratam de um tema semelhante: “navegar pelas diferenças é parte importante do desenvolvimento da consciência crítica, tanto para indivíduos como para as formas de conhecimento” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 219).

Por fim, outras ações também foram realizadas: (1) Elaboração, produção e divulgação de conteúdos formativos sobre saúde mental, feminismos e interseccionalidades por meio do formato mídias sociais (YouTube, WhatsApp e Instagram); (2) Organização e realização de *lives* sobre as temáticas desenvolvidas pelo projeto no canal do Youtube.

O ano de 2020 foi desafiador. Em meio a necessidade de distanciamento social, os encontros virtuais do projeto construíram um espaço de acolhimento, fortalecimento, potência e compartilhamento de angústias e incertezas que, em incontáveis momentos, foram intensificadas pelo cenário pandêmico e ataques aos direitos fundamentais. Mas conseguimos seguir construindo reflexões teóricas e aportes afetivos para lidarmos com a realidade intensificada pelo agravamento das mazelas sociais.

Considerações Finais

Este artigo propôs a sistematização da experiência teórico-prática realizada pelo Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos, vinculado à UFRJ. Apoiado em uma perspectiva feminista marxista interseccional propõe-se a realizar uma formação crítica articulando a Luta Antimanicomial e os feminismos interseccionais para promover ações de extensão que contribuam para a transformação da realidade.

Partimos da compreensão de que o manicômio e suas bases, tanto em suas instituições como nos saberes psiquiátricos clássicos, servem ao capitalismo e à manutenção das opressões/explorações. Nesse sentido, é preciso afirmar continuamente o lema “Por uma sociedade sem manicômios” em uma perspectiva que compreende os imbricamentos do patriarcado, do racismo e do capitalismo e a produção da loucura. Eis um grande desafio, principalmente, em tempos de tantos retrocessos e ataques à educação e à saúde mental.

A ferramenta analítica da interseccionalidade que é oriunda de uma práxis crítica nos possibilita avançar com análises que desvelam os imbricamentos manicomiais nas relações sociais e institucionais. Para isso seguimos com a apreensão de que o capital é interseccional. Para Eisentein, teórica feminista, “classe e capitalismo são inerentemente interseccionais” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 35). Portanto, acreditamos que a “a lente interseccional mostra que as diferenças de riqueza refletem sistemas de poder interligados” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 34). Nesse sentido, seguimos na contramão da compreensão que se centra na homogeneização e no essencialismo da classe ou que foca apenas na classe e trata gênero, raça, sexualidade como complementos secundários.

Referências

- BIROLI, F.; MIGUEL, L.F. Gênero, Raça e Classe: opressões cruzadas e convergências de reprodução das desigualdades. *Revista Mediações*, Londrina, v.20, n. 2, p. 27-55, jul./dez., 2014.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, 17(49), 2003.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

- COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Dossiê*, v. 5, n. 1, jan./jun., 2017.
- CORREIA, L.C. *Por uma pedagogia da loucura: experiências de assessoria jurídica popular universitária no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira*. Tese (Doutorado em Direito) Programa de Pós-Graduação em Direito - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 171-188, 1º sem., 2002.
- CUNHA, M. C. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.9, n.18, p. 121-144, ago./set., 1989.
- ENGEL, M. Psiquiatria e Feminilidade. In: PRIORE, M.D. (orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora UFBA, 2008.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- GONZALES, L. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Revista Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez., 2015.
- HOOKS, B. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- PASSOS, R.G. Luta antimanicomial no cenário contemporâneo: desafios atuais frente a reação conservadora. *Revista Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 23, p. 55-75, 2017.
- PASSOS, R.G. *Trabalho, gênero e saúde mental: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- PEREIRA, M.O. Diálogos enodados para uma aproximação entre saúde mental e mulheres. In: BOITEUX, L.; MAGNO, P. C.; BENEVIDES, L. (orgs.). *Gênero, feminismos e sistemas de Justiça: discussões interseccionais de gênero, raça e classe*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018. p. 316-318.

PEREIRA, M. O. *et al.* Discussões de Gênero, Raça e Classe para além dos muros da Universidade. In: PEREIRA, M. O. *et al.* *Luta Antimanicomial e Feminismos: Formação e Militâncias*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2020.

PEREIRA, M. O. *Mulheres e Loucura: narrativas de resistência*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2020.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, jul./dez., p. 263 a 274, 2008.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO 10, Florianópolis, 2013. *Anais[...]*. Florianópolis, 2013.

SAFFIOTI, H. *Gênero Patriarcado Violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

Notas

1 As atividades de extensão da UFRJ estiveram sendo desenvolvidas remotamente no período da pandemia da Covid-19, conforme a Resolução CEU n.º3, de 08 de julho de 2020. ↑

2 Como uma forma de não hierarquizar as opressões de gênero, raça/etnia e classe, Saffioti desenvolve a metáfora do nó, querendo dizer que as noções de exploração e dominação não se separam. ↑



Este número da Revista Praia Vermelha
foi diagramado em maio de 2022
pelo Setor de Publicações e Coleta de
Dados da Escola de Serviço Social da
UFRJ, para difusão online via Portal de
Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte
Montserrat (Medium 13/17,6pt) em
página de 1366x768pt (1:1,77).